



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS **PÚBLICAS**

Parecer sobre o cumprimento das Metas Fiscais para o 2º quadrimestre de 2021.

Em trinta de setembro corrente realizou-se audiência pública para avaliação das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre de 2021, conforme previsto no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesta oportunidade, o Executivo Municipal apresentou aos senhores Vereadores e ao público presente os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, sendo o Demonstrativo do Resultado Nominal e o Demonstrativo do Resultado Primário, cujas metas encontram-se fixadas no Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com a participação da Secretária Municipal de Administração e Finanças, Senhora Maria Angélica e do Economista, Senhor Rodrigo Spaniol, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas conduziu os trabalhos da audiência.

Convém salientar que as metas fiscais estão previstas em Lei, e são atualizadas bimestralmente para adequar os valores à realidade da Administração, sendo função desta Comissão avaliar os resultados nominais e primários, considerando as metas fixadas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101 DE 04 DE MAIO DE 2000 – é certamente um marco importante na luta pela modernização fiscal e moralização da administração pública no Brasil. Ela já está criando uma nova cultura de administração das finanças públicas. A sociedade também se mobiliza para fiscalizar seus presidentes, governadores, prefeitos e vereadores, evitando mau uso do patrimônio e verbas públicas.

Pela LRF, são definidos mecanismos adicionais de controle das finanças públicas como as metas fiscais. Isso permite que o governante consiga planejar as receitas e as despesas, podendo corrigir os problemas que possam surgir no meio do caminho. Além disso, com as metas fiscais, fica mais fácil a prestação de contas à sociedade, porque se sabe o que está sendo feito e como está sendo feito para se atingir um objetivo – com isso a sociedade pode manifestar suas opiniões e colaborar para a melhoria da administração pública.

Mas, certamente, de todos os controles realizados o financeiro é que tem maior destaque. O controlador examina o modo como foram efetuadas as despesas



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

e emite relatório que comporá a prestação de contas que será enviada ao Tribunal de Contas respectivo, servindo como subsídio para a Côrte aprovar ou rejeitar as contas daquele ente. Visam o equilíbrio entre a receita e a despesa pública e o atendimento de metas fiscais e de resultado primário e nominal.

Portanto, os valores apresentam uma disponibilidade financeira de acordo com a prevista no Anexo de Metas Fiscais.

Porém, a LRF é, também, um código de condutas para os administradores públicos. Por isso ela também valoriza aqueles gestores que administram seguindo as suas determinações.

A eficiência no serviço público, que até a bem pouco tempo não era sequer pensada, adquiriu status de princípio constitucional a partir da Emenda Constitucional 19/1998. Fundamenta-se tal inclusão no anseio social por bons serviços públicos, com um padrão de qualidade.

A qualidade, por sua vez, está intrinsecamente ligada à produtividade. No serviço público não existem lucros a serem auferidos, como na iniciativa privada. Ainda assim, já se percebe uma preocupação com o cumprimento de metas.

Prefeito e empresários buscam o lucro; os empresários, o lucro financeiro; o prefeito, o lucro social.

O superávit – que para muitos poderia ser elogiável – é também reprovável quando se fala na execução do orçamento público, levando-se em conta, sem dúvida, o seu percentual e o volume de recursos envolvidos, uma vez que inviável a existência de orçamentos zerados. Inaceitável, em princípio, o superávit orçamentário porque as finanças públicas não devem ser administradas com o fito de lucro – que estaria representado pelo superávit – mas devem ter, sim, no caso de eventual sobra de arrecadação, uma aplicação voltada para investimentos.

A boa gestão é sempre reconhecida pela comunidade, não o sendo, porém, pelo superávit do balanço orçamentário, mas, sim, quando de fato suas necessidades são atendidas. Embora, via de regra, sejam muitas, espera-se que pelo menos as básicas, entre as quais, têm-se as de saneamento básico (água, esgoto); educação, saúde (inclusive assistência social), transportes e tantas outras sejam satisfeitas. E, na hipótese – ainda que remota –, de não existirem necessidades que devam ser atendidas, tal fato deve orientar o Administrador para promover a redução da carga tributária.

Enfim, cabe ao Administrador programar ações que privilegiem a boa utilização do orçamento, evitando o resultado deficitário, ou o superavitário, este, como visto, também indesejado.

O resultado de superávit não é por si só, indicador de boa gestão. Pode até significar o contrário, pois, se houver superávit, mas, sem o devido atendimento à sociedade, nas principais atividades, quais sejam: educação, saúde, saneamento



Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

básico – a despeito do superávit – ter-se-á uma administração orçamentária sem responsabilidade, o que não pode ser aceita.

Importante ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal procurou privilegiar o planejamento. E bem agiu o legislador, pois, a atividade do planejamento tem grande importância para evitar que se façam gastos imediatistas, de conveniência, que surgem no dia-a-dia, mas sem compromisso com prioridades. O orçamento há de ser precedido de planejamento. Não se pode admitir orçamentos feitos sem qualquer compromisso com o que se pretende executar.

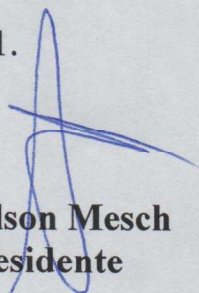
Concluindo, as metas fiscais foram consideradas satisfatórias, sendo que os resultados apresentados permitem concluir que o Resultado Primário foi suficiente para manter o equilíbrio das contas públicas, devendo a Administração realizar as ações para o cumprimento das metas planejadas, diminuindo a disponibilidade financeira com a execução das previsões de despesas com investimentos.

Desta forma, esta Comissão exara Parecer pela aprovação das metas fiscais relativas ao Segundo Quadrimestre de 2021 apresentadas pelo Poder Executivo.

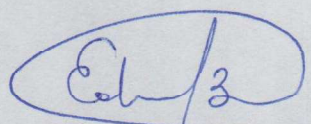
Esse é o Parecer.

Sala das Comissões, 30 de setembro de

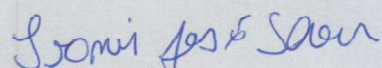
2021.



Adilson Mesch
Presidente



Edson José Bona
Vice-Presidente



Ivonir José Schrer
Membro